

CORREIO
SERRANO

DIVULGAÇÃO

Encontro contou com a presença de prefeitos e deputados

Eduardo Paes cumpre agenda em São José do Vale do Rio Preto

O pré-candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, visitou, na última sexta-feira (3/7), uma granja na cidade de São José do Vale do Rio Preto. A cidade na Região Serrana é a maior produtora avícola do estado. Durante a visita, Paes conheceu o trabalho no local e todo o desenvolvimento realizado na produção. O ex-prefeito do Rio destacou que, no total, o setor é responsável por mais de 2 mil empregos diretos numa cidade que tem 22 mil habitantes. Ainda nesta sexta-feira, Eduardo Paes participou de reuniões políticas na região. Em São José do Vale do Rio Preto, ele se reuniu com o prefeito Zé Carlos do Mariano e lideranças locais. Em Sumidouro, o encontro foi com o ex-prefeito e pré-candidato a deputado estadual Eliesio Peres da Silva, conhecido como Pé Liso, e com o pré-candidato a deputado federal Marcus Vinícius.

Em Teresópolis recebeu título

Em Teresópolis, o pré-candidato se reuniu com o prefeito Leonardo Vasconcellos. Os encontros contaram com a participação do pré-candidato ao Senado, Pedro Paulo, que segue acompanhando Paes nas agendas de pré-campanha. Em Teresópolis, Eduardo Paes também participou de sessão solene no Centro de Convenções Sesc Alpina, onde recebeu o título de cidadão teresopolitano. A homenagem foi entregue pelas mãos do vereador Bruninho Almeida



DIVULGAÇÃO

Eduardo Paes recebeu título de cidadão teresopolitano

Retorno da operação

A Cedae colocou em operação a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) do distrito de Triunfo, em Santa Maria Madalena, com capacidade para tratar 3 litros por segundo (l/s). Esta é a primeira estação revitalizada nas obras voltadas à universalização dos serviços de água e esgoto em oito municípios do interior e vai tratar os resíduos de mais de 90% da população do distrito. Construída em 2018 e administrada pela prefeitura de Santa Maria Madalena, a unidade estava fora de operação.

Afastamento previdenciário

A Firjan Centro-Sul realiza no próximo dia 9 de julho, às 14h, o evento gratuito "Afastamento Previdenciário e seus Impactos nas Relações de Emprego". A iniciativa visa orientar empresários, gestores de RH e profissionais da área trabalhista sobre o tema que tem sido motivo de preocupação entre empresas de diferentes setores. O encontro será na sede da instituição em Três Rios, na Rua Isaltino Silveira, 90 – Cantagalo.

Temas

A palestra será ministrada pela advogada especialista em Direito Previdenciário da Firjan, Gláucia Olivar, que abordará como funcionam os afastamentos previdenciários. Os participantes terão a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre quais são as diferenças entre benefícios comuns e acidentários, além das recentes mudanças implementadas pelo INSS.

Furto de energia

Durante operação de combate às irregularidades no consumo de energia, realizada em Teresópolis, nesta terça-feira (30), a Enel Rio removeu nove "gatos" de energia, sendo seis em uma pousada na Rua Juiz Alberto Nader, na Barra do Imbuí, dois em um bar e restaurante na Rua Sloper, no Alto, e uma irregularidade em um estúdio de tatuagem na Várzea.

Apoio

Os técnicos da Enel constataram que, em todos os casos, havia ligações diretas, configurando furto de energia. As ações contaram com o apoio de policiais da 110ª DP, onde a ocorrência foi registrada. A responsável pela pousada, o dono do estúdio de tatuagem e a titular das contas do bar e restaurante foram presos em flagrante, sem direito a fiança.

Riscos

Quem realiza "gato" de energia também está sujeito ao pagamento dos valores correspondentes ao consumo não registrado durante o período da irregularidade. Além disso, o furto de energia compromete diretamente a qualidade do serviço prestado pela distribuidora e coloca em risco a segurança da população, especialmente de quem manipula a rede elétrica.

Auxílio

A Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto sancionou uma lei que regulamenta os benefícios eventuais da Política Municipal de Assistência Social, alinhando o município às normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A legislação estabelece regras para a concessão de auxílios como natalidade, funeral e alimentação.

Crítérios

Serão destinados a famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade temporária. Entre as mudanças, o benefício de cesta básica poderá ser concedido por até três meses, com possibilidade de uma única prorrogação pelo mesmo período após avaliação técnica. Após o prazo, um novo pedido só poderá ser feito após seis meses, salvo em casos de calamidade pública.

Prejuízo na previdência de Silva Jardim deve ser devolvido

Decisão do TCE-RJ calculou o débito equivalente em cerca de R\$ 3 milhões

Por Redação

Os responsáveis pelo prejuízo causado ao patrimônio do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Silva Jardim (IPJS) deverão devolver aos cofres públicos municipais os valores que correspondem a 724.909,72 Unidades Fiscais de Referência do Estado do Rio de Janeiro (UFIR-RJ), o equivalente a cerca de R\$ 3 milhões. A decisão é do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), que ressaltou que o caso tem a ver com o investimento efetuado no fundo Brazilian Graveyard and Death Care Services Fundo de Investimento Imobiliário em 2017.

De acordo com a Corte, o processo focou na aplicação de R\$ 3 milhões do instituto previdenciário do município. A transferência foi identificada originalmente na auditoria da Secretaria de Previdência (SPREV), ligada ao Governo Federal. A meta do investimento era buscar um retorno que garantisse, no mínimo, o rendimento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de uma taxa de juros de 7% ao ano.

No entanto, a aplicação rendeu muito pouco para o município, o que chamou a atenção da SPREV. Enquanto o principal índice de fundos imobiliários do mercado (IFIX) subiu mais de 50% entre 2017 e 2020, o fundo escolhido pelo IPSJ caiu mais de 50% no mesmo período. Entre 2016 e 2026, o fundo acumulou uma desvalorização de 84,92%. "Ou seja, enquanto a maioria dos principais FII teve um desempenho positivo, esse fundo, escolhido pelos RPPS, esteve no caminho oposto, acumulando perdas sucessivas", aponta um trecho da decisão do TCE.

O Tribunal analisou o caso e ressaltou que houve ausência de análise do histórico de rentabilidade da empresa. A corte apon-



MAPS

Atual presidente do instituto de previdência também foi comunicado

tou que a aplicação não atendeu às normas legais e aos critérios constitucionais aplicáveis, pois o investimento provocou prejuízos ao município.

O tribunal comunicou os responsáveis a devolverem os prejuízos ao município, sendo eles: Rosilane Brum Cler Cunha, presidente do RPPS e membro do comitê de investimentos; Luiz Carlos Souza dos Santos, membro do comitê de investimentos; Planner Corretora de Valores S.A., administradora do fundo entre 10/10/2016 e 18/10/2020; Crédito & Mercado Gestão de Valores, consultoria e assessoria; e Zion Gestão de Recursos Ltda., gestora do fundo.

O atual presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Silva Jardim também foi comunicado sobre a decisão, que também foi destinada ao MPRJ e ao MPF.

A Crédito & Mercado esclareceu que as informações divulgadas sobre o caso envolvendo o investimento do RPPS de Silva Jardim não refletem corretamente os fatos. O processo citado refere-se a uma decisão de primeira instância do Tribunal de Contas, ainda passível de recurso e sem trânsito em julgado. O objeto da discussão diz respeito ao desempenho de um investimento imobiliário realizado em 2017, cuja rentabilidade ficou abaixo do índice de referência (benchmark) adotado à época, não havendo qualquer condenação relacionada a conflito de interesses ou à prática de irregularidades. O Correio não conseguiu contato com Luiz Carlos Souza dos Santos e aguarda posicionamento dos outros envolvidos.